

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 106ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 27 de outubro de 2010.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Luigi Nese, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CNS; Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Alex Sandro Gonçalves Pereira, Conselheiro Suplente Representante do MTE; Manoel Joaquim de Carvalho Filho, Conselheiro Suplente Representante do MF; Renato Antonio Henz, Conselheiro Suplente Representante do MAPA; João Luiz Guadagnin, Conselheiro Suplente Representante do MDA; Paulo Libergott, Conselheiro Suplente Representante do BNDES; Quintino Marques Severo, Conselheiro Titular Representante da CUT; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; José Gabriel Texeira dos Santos, Conselheiro Titular Representante da NCST; Ubiraci Dantas de Oliveira, Conselheiro Titular Representante da CGTB; Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Suplente Representante da CTB; José Colombo de Souza Netto, Conselheiro Titular Representante da CNT; Plínio Sarti, Conselheiro Suplente Representante da CNTur; e, Alexandre Venzon Zanetti, Conselheiro Suplente Representante da CNS - Saúde. **Convidado:** Nilton Vasconcelos, Representante do FONSET.

1 Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e dez, no Edifício-Sede do Ministério do
2 Trabalho e Emprego, teve início a Centésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do
3 Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, sob a presidência do Conselheiro Titular
4 Representante da CNS, Sr. Luigi Nese. **I - ABERTURA:** O Presidente saudou a todos e, em
5 seguida, deu as boas vindas ao novo Conselheiro Suplente Representante do MTE, Sr. Alex Sandro
6 Gonçalves Pereira, bem como aos representantes do Ministério do Trabalho e Previdência do
7 México, Srs. Oscar Ortiz e Gerardo Bajaras, que se encontravam no País a fim de conhecer melhor
8 as políticas brasileiras de seguro desemprego e de qualificação profissional. Na sequência, passou
9 ao **II – APROVAÇÃO DE ATA: ITEM 1 – Ata da 105ª Reunião Ordinária, realizada em 26**
10 **de agosto de 2010.** O Presidente indagou se havia alguma manifestação, em não havendo,
11 considerou aprovada a Ata em referência. Prosseguindo, o Presidente passou ao **III – ASSUNTOS**
12 **PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 2 - Ratificação da Resolução nº 652, de 22 de setembro de**
13 **2010, aprovada *ad referendum*, que altera a Programação Anual da Aplicação de Depósitos**
14 **Especiais do FAT para o exercício de 2010 – PDE/2010, de que trata a Resolução nº 630, de 25**
15 **de março de 2010.** O Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres Torelly, destacou que
16 ao final da 105ª Reunião Ordinária do CODEFAT, realizada em 26 de agosto de 2010, o
17 Conselheiro do BNDES apresentou à Secretaria Executiva do CODEFAT proposta de alocação de
18 recursos no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF
19 Investimento, visando o alcance das metas do Plano Safra 2010/2011. Observou que na mencionada
20 reunião o Conselheiro do MDA havia ressaltado a importância dos recursos do FAT para a

21 agricultura familiar, sugerindo, na ocasião, a aprovação prévia, pelo CODEFAT, dos recursos
22 solicitados pelo BNDES, assim que fosse verificada a sua viabilidade pelo MTE, destacando que o
23 Conselho não poderia esperar até a próxima reunião para deliberar sobre o tema, pois talvez já fosse
24 tarde demais para atender a demanda. O Secretário-Executivo do CODEFAT esclareceu que em
25 razão da urgência do assunto, da sua relevância e importância para o público da agricultura familiar,
26 e da disponibilidade financeira do FAT, o Presidente havia aprovado, por meio de *ad referendum*, o
27 remanejamento de R\$100,0 milhões destinados inicialmente à linha de crédito de capital de giro
28 para o transporte complementar, no âmbito do PROGER Urbano, para aplicação no PRONAF
29 Investimento. O Presidente abriu as inscrições para manifestação, esclarecendo que a
30 supramencionada aprovação *ad referendum* havia sido precedida de consulta aos Conselheiros. O
31 Conselheiro Suplente Representante do BNDES, Sr. Paulo Libergott, agradeceu ao Conselho pelo
32 atendimento da demanda, ressaltando que os recursos já haviam sido inclusive liberados. Registrou
33 o esforço conjunto do BNDES e do MTE no sentido de chegar a um acordo quanto ao fornecimento
34 de informações para alimentação do Sistema de Acompanhamento da Execução do PROGER -
35 SAEP, agradecendo a equipe do Ministério pela colaboração. O Conselheiro Suplente
36 Representante do MDA, Sr. João Luiz Guadagnin, manifestou sua gratidão ao MTE pelo apoio e
37 rapidez no atendimento do pleito, ressaltando que esperava ver o PRONAF contemplado na
38 PDE/2011. Elogiou o BNDES pelo sistema que estava sendo desenvolvido para trabalhar com o
39 PRONAF, o que agilizaria o processamento das demandas da agricultura familiar. O Conselheiro
40 Titular Representante da CNT, Sr. José Colombo de Souza Netto, observou que o remanejamento
41 de recursos ocorreu a partir de uma linha do setor de transportes, ressaltando que os bancos oficiais
42 muitas vezes não conseguiam operacionalizar as linhas aprovadas pelo CODEFAT. O Presidente
43 indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou ratificada a Resolução nº
44 652/2010. Na sequência, passou ao **IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS SEGUINTE**
45 **TEMAS: ITEM 3 - Pelo Banco do Brasil/BB-DTVM: Aplicação das disponibilidades**
46 **financeiras do FAT no Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo, BB-Extramercado.** O
47 Representante da BB-DTVM, Sr. Marcos Hossert do Amaral, explicou que os recursos do FAT
48 Extramercado estavam distribuídos e aplicados em títulos públicos federais, indicando que o
49 mencionado Fundo apresentava, em 30/09/2010, patrimônio líquido de R\$23,8 bilhões, e
50 rentabilidade em torno de 99,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Em seguida, o
51 Presidente informou que promoveria uma inversão de Pauta, tendo em vista que o expositor do Item
52 4 ainda não se encontrava presente. Assim sendo, passou ao **ITEM 5 – Pela Coordenação-Geral**
53 **de Recursos do FAT – CGFAT e pelo Banco do Brasil: FUNPROGER – Situação Atual e**
54 **Perspectivas.** O Representante do BB, Sr. Francisco Edmilson de Oliveira, relatou que o Fundo de
55 Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER, instituído pela Resolução CODEFAT nº
56 231, de 23 de dezembro de 1999, e com início de operações em maio de 2000, havia sido

57 desenvolvido pelo MTE em conjunto com os técnicos do Banco do Brasil, tendo por finalidade a
58 complementação de garantias oferecidas pelos tomadores de crédito nas instituições financeiras
59 oficiais federais, através das linhas de crédito do PROGER Urbano e do Programa Nacional de
60 Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO. Declarou que o índice de inadimplência por agente
61 financeiro estava limitado a 7% (stop loss), e a alavancagem do Fundo a onze vezes o seu
62 patrimônio. Afirmou que o FUNPROGER garantia até 80% do valor financiado no PROGER
63 Urbano e até 100% no PNMPO, estando o valor garantido por mutuário limitado a R\$160,0 mil.
64 Registrou que até 30/09/2010 o Fundo acumulava 600.424 operações contratadas, R\$9,1 bilhões de
65 valor financiado e R\$7,1 bilhões de valor garantido. Informou o percentual de participação dos
66 agentes financeiros em quantidade de operações com aval do FUNPROGER: i) Banco do Brasil –
67 93,32%; ii) Banco do Nordeste – 6,6%; iii) CAIXA – 0,07%; e, iv) Banco da Amazônia – 0,01%.
68 Apontou que o Banco do Brasil apresentava índice de inadimplência de 6,99%, o BNB de 7,04%, o
69 BASA de 5,96% e a CAIXA de 0,00%, explicando que esse último apresentava índice zero em
70 função de ter operado apenas a linha de crédito especial Novo Empreendedor, o que não impactava
71 no inadimplemento. Declarou que o FUNPROGER não estava mais ofertando honras de avais, pois
72 já havia atingido seu limite, observando que uma das alternativas para equacionar esse problema
73 seria aumentar de onze para catorze o limite de alavancagem do Fundo. O Presidente abriu as
74 inscrições para manifestação, indagando a respeito do tipo de operações que eram financiadas e
75 executadas, bem como sobre a possibilidade de abolir a taxa de administração do FUNPROGER
76 cobrada pelo Banco. O Representante do Banco do Brasil informou que o Fundo trabalhava
77 exclusivamente com operações de investimento, sendo normalmente compra de bens, esclarecendo,
78 quanto à taxa de administração, que essa era calculada sobre a arrecadação de Comissão de
79 Concessão de Aval – CCA, o que não ocorria há muito tempo, sendo que o Banco continuava,
80 assim mesmo, promovendo a administração do FUNPROGER. O Conselheiro do MDA destacou a
81 importância do FUNPROGER para o setor rural, observando que deveriam estudar a adoção de
82 mecanismos de estímulo à redução de inadimplência, haja vista que os agentes financeiros estavam
83 próximos do limite de 7%, sendo que o BNB já se encontrava até com índice superior (7,04%). O
84 Representante do Banco do Brasil esclareceu que a contratação de carteira mais qualificada
85 aumentaria a base de cálculo e, conseqüentemente, reduziria o índice de inadimplência. O
86 Presidente ressaltou a necessidade de disponibilizar mais recursos para o FUNPROGER, haja vista
87 sua importância para as micro, pequenas e médias empresas, que enfrentavam grandes dificuldades
88 para obter financiamento sem o aval do Fundo. O Representante do Banco do Brasil relatou que já
89 havia uma agenda definida com o MTE para a realização de um workshop no dia 19 de novembro
90 próximo, onde se discutiria várias alternativas de melhorias de expectativa de retorno do
91 FUNPROGER. Em seguida, o Presidente retornou ao **ITEM 4 – Pela Coordenação-Geral de**
92 **Informática - CGI: Posicionamento sobre o desenvolvimento do SIGFAT.** O Coordenador de

93 Projetos da CGI, Sr. Giovani Alves Pinto, informou que após a realização de ajustes por parte de
94 técnicos da empresa Politec, o Módulo Depósitos Especiais havia sido entregue no último dia 4 de
95 outubro por meio de memorando, aguardando a homologação da CGFAT. O Coordenador-Geral da
96 CGFAT, Sr. Paulo César Bezerra de Souza, informou que aguardava a formalização da entrega do
97 Sistema e sua disponibilização para testes. O Presidente solicitou à CGI que formalizasse a entrega
98 do produto à CGFAT e sua liberação para os procedimentos de testes, ressaltando que se tratava de
99 uma obrigação da CGI, e não da empresa Politec. O Representante da CGI, Sr. Aloyso Munhoz,
100 esclareceu que a colocação do nome da Politec no memorando de 4 de outubro havia sido uma
101 falha, declarando que providenciaria imediatamente a formalização da entrega do produto. O
102 Presidente, após consultar o Coordenador-Geral da CGFAT, estabeleceu o prazo de dez dias úteis
103 para testes do Sistema, a contar da sua entrega formal pela CGI. Retomando a sequência da Pauta,
104 passou ao **ITEM 6 – Pela Coordenação-Geral de Emprego e Renda - CGER: Desempenho dos**
105 **Programas de Geração de Emprego e Renda.** A Titular da Coordenação do PROGER -
106 CPROGER, Sra. Lucilene Estevam Santana, informou que no período de 1995 a 2010 foram
107 aplicados em programas de geração de emprego e renda o montante de R\$153,1 bilhões, mediante
108 19,1 milhões de operações de crédito, abrangendo 5.102 municípios. Apontou que em 2009 havia
109 sido liberado o montante de R\$4,1 bilhões, conforme a seguir: I) Sudeste – R\$1,83 bilhão; II) Sul -
110 R\$1,31 bilhão; III) Nordeste - R\$536,21 milhões; IV) Centro-Oeste - R\$251,33 milhões; e, V)
111 Norte - R\$168,14 milhões. Informou que o período de janeiro a agosto de 2010 registrava liberação
112 do montante de R\$802,61 milhões, assim distribuídos: 1) Sudeste – R\$401,93 milhões; 2) Sul -
113 R\$233,18 milhões; 3) Nordeste - R\$103,94 milhões; 4) Centro-Oeste - R\$46,37 milhões; e, 5)
114 Norte - R\$17,19 milhões. Apresentou gráfico contendo a distribuição dos recursos no período de
115 janeiro a agosto de 2010, englobando valor contratado, liberado e de retornos, divididos da seguinte
116 forma: A) Micro e Pequenos Empreendimentos Urbanos e Rurais – R\$1,46 bilhão; B) Investimento
117 em Infra-estrutura - R\$1,24 bilhão; C) Capital de Giro de Empreendimentos Urbanos e Rurais –
118 R\$709,71 milhões; D) Médios e Grandes Empreendimentos Urbanos e Rurais - R\$248,05 milhões;
119 E) Fomento da Exportação – R\$114,03 milhões; F) Fomento da Inovação e Difusão Tecnológica –
120 R\$105,90 milhões; e, G) Iniciativas Específicas de Governo – R\$25,12 milhões. Esclareceu que a
121 maior parte dos recursos no período de janeiro a agosto de 2010 se encontrava no BNDES (R\$1,88
122 bilhão) e Banco do Brasil (R\$1,46 bilhão), seguidos por CAIXA (R\$439,56 milhões), FINEP
123 (R\$105,90 milhões), BNB (R\$9,26 milhões), e BASA (R\$3,29 milhões). Declarou que
124 comparativamente ao mercado, a inadimplência no PROGER poderia ser considerada razoável,
125 levando-se em conta que a política pública visava o social, enquanto o mercado atuava de forma
126 seletiva, com foco na equação determinante do menor risco e maior resultado financeiro. A
127 Coordenadora da CPROGER assinalou que a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE
128 havia realizado a Avaliação Externa do PROGER, cujos resultados foram apresentados na 101ª

129 Reunião Ordinária do CODEFAT, de 28 de julho de 2009, e no Seminário realizado em Brasília/DF
130 em 29 de outubro de 2009. Listou os principais resultados da Avaliação Externa: I) o crédito
131 impactou na contratação de 6,7 empregados em média nos empreendimentos; II) predomínio da
132 contratação com carteira assinada, 87,0% do total; III) promoveu a redução do trabalho precário e o
133 aumento do trabalho formal; IV) o PROGER foi a primeira experiência de crédito para 63,7% dos
134 entrevistados; V) as taxas de juros do PROGER são inferiores àquelas praticadas pelo mercado de
135 crédito brasileiro; VI) baixa integração do PROGER com as demais ações do Sistema Público de
136 Emprego, Trabalho e Renda; e, VII) baixa caracterização do Programa enquanto política pública,
137 devido a ausência de divulgação. Destacou a realização de uma análise do efeito do crédito na linha
138 PROGER Urbano Investimento – Micro e Pequena Empresa, com base em operações efetuadas no
139 período de 2000 a junho de 2008, tendo sido estudada a evolução do estoque de empregados desde a
140 competência de liberação do financiamento a até trinta e seis meses pós-crédito, resultando no
141 seguinte impacto percentual médio, em termos de geração de emprego: A) 6,3%, doze meses após o
142 crédito; e, B) 12,8%, trinta e seis meses após o crédito, sendo verificado, nesse período, o valor de
143 R\$24.311,00 de custo médio por emprego gerado. Relatou que a avaliação externa apontava
144 contribuições do PROGER para a democratização do crédito, a geração de emprego e o aumento da
145 produtividade e do faturamento das empresas beneficiadas pelo Programa, observando que dois
146 fatores se mostravam prejudiciais ao seu desempenho no momento: a suspensão de novas
147 contratações de garantias pelo FUNPROGER devido a problemas relacionados à alavancagem do
148 Fundo, e a suspensão dos repasses de recursos para a CAIXA em virtude de pendências na
149 segregação de contas dos depósitos especiais. A Coordenadora da CPROGER finalizou, relatando
150 as perspectivas para o Programa: I) revisão dos normativos do PROGER Urbano; II) revisão de
151 percentuais de *spreads* para algumas linhas; III) reestruturação do PROGER Turismo, visando a
152 Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016; IV) ampliação da divulgação das ações do
153 Programa; e, V) melhoria das ações de supervisão e controle dos Programas. O Presidente abriu as
154 inscrições para manifestação. O Conselheiro do MDA indagou se o SAEP permitiria identificar
155 quais os tomadores de crédito que contaram com algum tipo de consultoria financeira, observando
156 que essa ação, no caso do micro crédito produtivo rural, havia contribuído para a redução de uma
157 inadimplência elevadíssima a um índice médio de 4%, o que demonstrava a importância de uma
158 orientação prévia. A Coordenadora da CPROGER esclareceu que o SAEP não possibilitava efetuar
159 esse tipo de vinculação, enfatizando que a avaliação externa realizada pela FIPE indicava que as
160 empresas com assistência financeira, principalmente pós-crédito, apresentavam um melhor
161 desempenho. O Conselheiro Suplente Representante da CTB, Sr. Joãoilson Antônio Cardoso do
162 Nascimento, referiu-se a distribuição dos recursos por região, indagando sobre a possibilidade de
163 serem informados por município. A Coordenadora da CPROGER informou que providenciaria
164 expediente contendo a distribuição dos recursos por município, o qual seria enviado à Secretaria

165 Executiva do CODEFAT para posterior encaminhamento aos Conselheiros. O Conselheiro Suplente
166 Representante do MF, Sr. Manoel Joaquim de Carvalho Filho, declarou que não saberia avaliar se o
167 valor de R\$24.311,00, informado como custo médio por emprego gerado, seria caro ou barato, de
168 modo que solicitou a apresentação de um comparativo do PROGER com outros programas do
169 Governo Federal, fora do FAT, visando uma melhor qualidade da informação. A Coordenadora da
170 CPROGER esclareceu que o custo de R\$24.311,00 se encontrava dentro da média, acrescentando
171 que buscava elaborar um comparativo do PROGER com outros programas que apresentassem
172 características semelhantes as do FAT. Na sequência, o Presidente passou ao **ITEM 7 – Pela**
173 **Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e Identificação Profissional –**
174 **CGSAP: Evolução e Perspectivas do Seguro Desemprego.** O Coordenador-Geral da CGSAP, Sr.
175 Márcio Alves Borges, apresentou uma linha do tempo da evolução das políticas de emprego: I)
176 1930 – criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; II) 1932 – criação da Carteira de
177 Trabalho e Previdência Social – CTPS; III) 1943 – promulgação da Consolidação das Leis do
178 Trabalho - CLT; IV) Década de 40 – criação do Serviço Nacional do Comércio – SENAC e do
179 Serviço Nacional da Indústria – SENAI; V) 1946 – primeira previsão do seguro-desemprego na
180 Constituição Federal; VI) Década de 60 - instituição do Programa Intensivo de Preparação de Mão-
181 de-Obra – PIPMO; VII) 1965 – criação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados -
182 CAGED; VIII) 1966 – criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; IX) 1970 –
183 criação do Programa de Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do
184 Servidor Público – PASEP; X) 1975 – criação do Sistema Nacional de Emprego – SINE e do
185 Abono Salarial PIS/PASEP; XI) 1976 – criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural –
186 SENAR e do Serviço Nacional de Formação de Mão-de-Obra – SNFMO; XII) 1986 – introdução
187 do Seguro Desemprego; XIII) 1988 – Constituição Federal destina 60% da contribuição do
188 PIS/PASEP para o seguro desemprego e o abono salarial e 40% para o BNDES; XIV) 1990 – Lei nº
189 7.998, de 11 de janeiro de 1990, instituiu o FAT e o CODEFAT, regulamentou e fortaleceu o
190 Programa do Seguro Desemprego; XV) 1992 – instituição do Seguro Desemprego Pescador
191 Artesanal; XVI) 1994 – Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, integrou as ações de qualificação
192 profissional e de intermediação de mão-de-obra; XVII) 1999 – instituição do FUNPROGER, Fundo
193 de aval garantidor de parte dos riscos dos financiamentos concedidos no âmbito do PROGER;
194 XVIII) 2001 – instituição do Seguro Desemprego Empregado Doméstico; XIX) 2003 – instituição
195 do Seguro Desemprego Trabalhador Resgatado, do Plano Nacional de Qualificação – PNQ e do
196 Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego - PNPE, criação, no âmbito do MTE, do
197 Departamento de Políticas para a Juventude e da Secretaria Nacional de Economia Solidária,
198 focalização das políticas de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra para grupos
199 mais vulneráveis no mercado de trabalho; XX) 2005/2006 – realização dos Congressos Regionais e
200 Nacionais do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda; e, XXI) 2010 – apresentação dos

201 resultados da Avaliação Externa do Programa do Seguro Desemprego, realizada pela Universidade
202 de Brasília - UnB. Informou que o Seguro Desemprego Formal, no período de 2000/2010,
203 apresentava taxa média de habilitação de 98,13% e de valor médio de 1,36 salário mínimo,
204 indicando a quantidade de segurados e de dispêndio, respectivamente, por ano: a) 2000 – 4.176.004
205 e R\$4,05 bilhões; b) 2001 – 4.686.756 e R\$4,08 bilhões; c) 2002 – 4.803.535 e R\$5,67 bilhões; d)
206 2003 – 4.917.712 e R\$6,61 bilhões; e) 2004 – 4.812.008 e R\$7,02 bilhões; f) 2005 - 5.362.968 e
207 R\$8,77 bilhões; g) 2006 – 5.749.511 e R\$10,3 bilhões; h) 2007 – 6.149.789 e R\$12,49 bilhões; i)
208 2008 – 6.816.600 e R\$14,10 bilhões; j) 2009 – 7.330.864 e R\$18,68 bilhões; e, k) até Set/2010 –
209 5.488.871 e R\$14,55 bilhões. Destacou os principais fatores que impactavam no pagamento do
210 benefício do seguro-desemprego: 1) o crescimento do mercado de trabalho e a rotatividade; 2) o
211 número de demitidos sem justa causa; 3) o tempo de permanência no emprego; e, 4) o aumento do
212 valor do salário mínimo, ressaltando que esse último era o mais significativo. Relatou que o Seguro-
213 Desemprego Pescador Artesanal, em 2000, havia registrado 57.861 segurados e dispêndio da ordem
214 de R\$27,82 milhões; sendo que em 2010, computados os valores de janeiro até setembro, já
215 indicava 323.192 segurados e dispêndio de R\$988,63 milhões, acrescentando que o acumulado no
216 período de 2000/2010 era de 2.564.852 segurados e R\$3,91 bilhões de dispêndio. Apresentou,
217 quanto às demais modalidades de seguro desemprego, o quantitativo acumulado de segurados e de
218 dispêndio, respectivamente: I) Bolsa de Qualificação Profissional – 2000/2010 - 68.476 e R\$110,01
219 milhões; II) Empregado Doméstico – 2001/2010 – 97.777 e R\$98,31 milhões; e, III) Trabalhador
220 Resgatado – 2003/2010 – 23.332 e R\$23,18 milhões. Esclareceu que o processo de habilitação do
221 seguro-desemprego passava por dois momentos de controles: 1) Pré-triagem - conferência, pelo
222 agente credenciado, nos postos de atendimento, dos dados informados no Requerimento do Seguro-
223 Desemprego e da Comunicação de Dispensa – CD, com a documentação original apresentada pelo
224 trabalhador; e, 2) Triagem - processo de cruzamento dos dados do Requerimento com as
225 informações provenientes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do
226 Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, do Cadastro de Estabelecimentos Empregadores
227 – CEE, do Programa de Informações Sociais – PIS/PASEP e do próprio Seguro Desemprego – SD.
228 O Coordenador-Geral da CGSAP relatou que as bases de dados do MTE, no período de janeiro de
229 2009 a outubro de 2010, registravam o bloqueio de 1,99 milhão de requerimentos pelo CAGED, e
230 de 661,24 mil pelo CNIS. Declarou que a rede de atendimento ao trabalhador contava com 2.434
231 unidades, assim distribuídas: i) MTE - 599; ii) SINE Estado – 1.374; iii) SINE Município – 71; iv)
232 SINE Parceria – 12; e, v) CAIXA – 378. Relatou que os sistemas estavam em processo de migração
233 da empresa DATAMEC para a DATAPREV, acrescentando que o Sistema Integrado de Gestão das
234 Ações de Emprego – SIGAE passaria a ser denominado de Portal MTE – Mais Emprego, sendo que
235 esse já se encontrava em implantação na Paraíba como experiência piloto. Explicou que o Portal
236 MTE - Mais Emprego era um sistema desenvolvido em plataforma web que permitiria a utilização

237 de todos os aplicativos via internet, rompendo com a base de dados segmentada e passando para
238 uma base integrada e nacional. Informou que por meio do Portal MTE – Mais Emprego o
239 empregador poderia: I) enviar o requerimento do seguro desemprego; II) disponibilizar vagas aos
240 trabalhadores inscritos no SINE; III) verificar as informações dos trabalhadores cadastrados no
241 SINE; IV) gerenciar suas solicitações ao SINE; V) acessar o Portal CBO e verificar a descrição das
242 ocupações no mercado de trabalho brasileiro; VI) enviar demanda por cursos de qualificação
243 profissional de sua região; e, VII) acessar o Portal CAGED. Assinalou que o Portal em referência
244 admitiria ao trabalhador: 1) consultar a situação do seu requerimento; 2) acessar as vagas
245 disponíveis no SINE e elaborar e imprimir o seu currículo; 3) obter informações do Abono Salarial;
246 4) acessar o Portal CBO e encontrar a descrição de sua ocupação; e, 5) manifestar interesse nos
247 cursos de qualificação profissional disponíveis em sua região. O Coordenador-Geral da CGSAP
248 finalizou, informando que a equipe de apoio entregaria aos presentes folder contendo informações
249 detalhadas do Portal MTE – Mais Emprego. O Presidente abriu as inscrições para manifestação,
250 parabenizando o Ministério pela iniciativa de utilizar um mecanismo moderno, a internet, para
251 disponibilizar o acesso seguro às informações, oferecendo transparência ao Sistema. O Conselheiro
252 Titular Representante da Força Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite, enfatizou a necessidade de reflexão
253 sobre a alta rotatividade de mão-de-obra e a baixa qualificação profissional, haja vista que
254 impactavam no gastos com o benefício do seguro-desemprego, indagando se o Portal MTE - Mais
255 Emprego teria alguma ligação com o Portal Homologonet. O Coordenador-Geral da CGSAP
256 esclareceu que atualmente não havia conexão entre os portais Mais Emprego e Homologonet,
257 ressaltando não haver nenhum impedimento técnico para que isso viesse a ocorrer. O Conselheiro
258 Titular Representante da CGTB, Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira, destacou a importância dos dados
259 apresentados pela CGSAP, acrescentando que seriam de grande contribuição para o debate da
260 Oficina dos resultados da Avaliação Externa do Programa do Seguro Desemprego. O Representante
261 do FONSET, Sr. Nilton Vasconcelos, observou que mais de 50% dos postos de atendimento
262 pertenciam aos Estados que, no entanto, contavam com apenas cerca de 10% dos recursos do FAT
263 destinados à qualificação profissional, ressaltando que não havia uma correlação razoável entre os
264 referidos percentuais. O Conselheiro da CTB destacou a relevância do assunto apresentado,
265 destacando a necessidade de se promover um debate amplo sobre as questões da rotatividade de
266 mão-de-obra e da qualificação profissional. O Conselheiro Titular Representante da NCST, Sr. José
267 Gabriel Texeira dos Santos, declarou que a apresentação em tela, e a Oficina a ser realizada em
268 meados de novembro, permitiriam discutir com profundidade o Programa do Seguro Desemprego e
269 vários aspectos que envolviam diretamente os trabalhadores e as entidades sindicais. O Conselheiro
270 do MF sugeriu a realização de um levantamento de todos os programas de qualificação profissional
271 existentes no âmbito da administração pública, de modo a evitar a superposição de ações e o
272 desperdício de recursos, ressaltando que ouviu dizer que o Ministério do Turismo implementaria

273 programa de treinamento visando à Copa do Mundo de 2014. O Presidente considerou importante a
274 sugestão de um levantamento sobre qualificação profissional, destacando que muitas empresas
275 estatais contavam com grandes programas de treinamento de mão-de-obra, como era o caso da
276 Petrobrás. O Secretário-Executivo do CODEFAT observou que havia uma grande preocupação do
277 Conselho a respeito da rotatividade de mão-de-obra, destacando que o estudo sobre o assunto,
278 encomendado pelo MTE junto ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
279 Socioeconômicos – DIEESE, estava praticamente pronto, devendo ser apresentado em breve ao
280 CODEFAT. Em seguida, o Presidente passou ao **ITEM 8 – Pela Subsecretaria de Planejamento,**
281 **Orçamento e Administração – SPOA: Comparativo da Proposta Orçamentária do FAT,**
282 **exercício 2011, com o Projeto de Lei Orçamentária – PLOA/2011.** O Coordenador-Geral da
283 CGFAT registrou que o CODEFAT havia aprovado a Proposta Orçamentária do FAT para 2011 por
284 meio da Resolução nº 646, de 22 de junho de 2010, tendo o MTE encaminhando a Proposta em
285 referência à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –
286 SOF/MP em 26 de julho de 2010, que por sua vez encaminhou o PLOA/2011 ao Congresso
287 Nacional em 31 de agosto de 2010. Apresentou quadro relativo às Despesas do FAT que constavam
288 no PLOA/2011 e sua respectiva variação em relação aos valores aprovados pelo CODEFAT: i)
289 Inversões Financeiras – R\$12,94 bilhões, -3,6%; ii) Despesas Obrigatórias – R\$30,09 bilhões, -
290 8,19%; e, iii) Despesas Discricionárias – R\$744,38 milhões, -69,52%. Destacou o corte efetuado
291 nas Despesas Discricionárias, a qual saiu de R\$2,44 bilhões (Proposta CODEFAT) para R\$744,38
292 milhões (PLOA/2011), enfatizando a redução ocorrida nas seguintes ações/despesas: 1) Sistema
293 Nacional de Emprego – SINE – R\$619,86 milhões para R\$156,0 milhões; 2) Qualificação Social e
294 Profissional – R\$1,18 bilhão para R\$200,0 milhões; 3) Apoio Operacional – Seguro Desemprego e
295 Abono Salarial - R\$203,27 milhões para R\$69,73 milhões; e, 4) Microcrédito Produtivo Orientado -
296 R\$7,05 milhões para R\$1,6 milhão. Destacou que o total das Receitas estimado no PLOA/2011
297 (R\$43,77 bilhões) era 10% inferior ao valor estimado na Proposta CODEFAT (R\$48,64 bilhões),
298 esclarecendo que essa diferença decorria principalmente em função dos valores da Fonte 100 –
299 Recursos do Tesouro Nacional, cujo valor no PLOA/2011 (R\$47,28 milhões) se encontrava 98,78%
300 inferior ao da Proposta CODEFAT (R\$3,88 bilhões). O Presidente abriu as inscrições para
301 manifestação, observando a necessidade de buscar verificar junto ao próximo governo o que se
302 pretendia em termos de qualificação profissional, haja vista o valor indicado pela SOF/MP para a
303 referida ação. O Conselheiro do BNDES indagou qual havia sido o êxito das negociações com a
304 SOF/MP, nos exercícios anteriores, no sentido de minimizar os cortes efetuados nas propostas
305 orçamentárias do CODEFAT, ao que o Presidente esclareceu que as tratativas junto ao
306 Planejamento não têm tido muito êxito. O Conselheiro da CTB, referindo-se ao valor da
307 qualificação profissional na LOA/2010, indagou quanto correspondia à emenda parlamentar, ao que
308 o Coordenador-Geral da CGFAT informou ser da ordem de R\$60,0 milhões. Na sequência, o

309 Presidente passou ao **V – INFORMES: ITEM 9 – Realização de Oficina sobre os resultados da**
310 **Avaliação Externa do Programa do Seguro Desemprego.** O Secretário-Executivo do CODEFAT
311 registrou que seria realizada nos dias 11 e 12 de novembro próximo, no Hotel Grand Bittar,
312 localizado em Brasília/DF, uma Oficina para debater os resultados apresentados pela equipe de
313 pesquisadores do Centro de Pesquisas de Opinião Pública da Universidade de Brasília – DATAUnB
314 referentes à Avaliação Externa do Programa do Seguro Desemprego, visando colher proposições
315 pertinentes às questões avaliadas a fim de subsidiar resoluções e demais iniciativas no âmbito do
316 CODEFAT e do MTE, acrescentando que todo o material apresentado e debatido seria compilado
317 em anais do evento, sendo posteriormente distribuído aos agentes e atores envolvidos no Programa
318 do Seguro Desemprego, conforme definição do Conselho e do Ministério. Em seguida, o Presidente
319 passou ao **VI – OUTROS ASSUNTOS: ITEM 10 – Entrega dos seguintes documentos: Boletim**
320 **de Informações Financeiras do FAT – agosto/2010 e Relatório da Execução da PDE – REL-**
321 **PDE.** O Presidente informou que os documentos em referência se encontravam na mídia digital
322 distribuída a cada Conselheiro no início dos trabalhos, na qual continha todo o material da presente
323 reunião. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Presidente deu por
324 encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Rodolfo Péres Torelly,
325 Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo
326 Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

LUIGI NESE
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da CNS

RODOLFO PÉRES TORELLY
Secretário-Executivo do CODEFAT

ALEX SANDRO GONÇALVES PEREIRA
Conselheiro Suplente Representante do MTE

MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO FILHO
Conselheiro Suplente Representante do MF

RENATO ANTONIO HENZ
Conselheiro Suplente Representante do MAPA

JOÃO LUIZ GUADAGNIN
Conselheiro Suplente Representante do MDA

PAULO LIBERGOTT
Conselheiro Suplente Representante do BNDES

QUINTINO MARQUES SEVERO
Conselheiro Titular Representante da CUT

Continuação da Ata da 106ª Reunião Ordinária do CODEFAT

SÉRGIO LUIZ LEITE
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

JOSÉ GABRIEL TEXEIRA DOS SANTOS
Conselheiro Titular Representante da NCST

UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA
Conselheiro Titular Representante da CGTB

JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO
Conselheiro Suplente Representante da CTB

JOSÉ COLOMBO DE SOUZA NETTO
Conselheiro Titular Representante da CNT

PLÍNIO SARTI
Conselheiro Suplente Representante da CNTur

ALEXANDRE VENZON ZANETTI
Conselheiro Suplente Representante da CNS - Saúde
